

Movimento dos Atingidos por Barragens: sujeitos e Formações Discursivas na abordagem sobre a Usina Hidrelétrica Estreito no site do MAB

Movimiento de Afectados por Represas: sujetos y las Formaciones Discursivas en el enfoque de la Usina Hidrelétrica de Estreito en el sitio del MAB

Movement of Dam Affected: subjects and Discursive Formations about the Usina Hidrelétrica Estreito in the MAB site

Lígia Regina Guimaraes Clemente

Mestre em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista (UNIP). Graduada em Comunicação Social/ Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Contato: ligiaufma@gmail.com

Carla Reis Longhi

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Possui Pós-Doutorado em Comunicação pela Facultad de Ciências de la Información de la Universidad Complutense de Madrid. É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP) e Coordenadora do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Contato: carlalonghi@uol.com.br

Artigo enviado em 02/05/2016

Aprovado em 01/07/2016



Resumo

Este artigo busca desvendar como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) constrói as Formações Discursivas sobre o Estado, o Mercado e sobre a própria sociedade civil. São analisadas 10 notícias publicadas no site institucional www.mabnacional.org.br sobre a instalação da Usina Hidrelétrica Estreito, no período de 2010 a 2013, com aporte teórico metodológico sobre discurso baseado em Michel Foucault. Percebe-se nas recorrências desse discurso que o MAB, como porta-voz das famílias atingidas, constrói os objetos nos conflitos enfrentados pelos atingidos e ações de resistência do Movimento, prioriza as vozes de suas lideranças, cobrando o Mercado e pressionando o Estado.

Palavras-chave: Movimento dos Atingidos por Barragens. Usina Hidrelétrica Estreito. Formações Discursivas. Matriz Energética. Sociedade Civil.

Resumen

En este artículo se trata de descubrir cómo el Movimiento de Afectados por Represas (MAB) se basa Formaciones Discursivas sobre el Estado, el Mercado y la propia Sociedad Civil. Se hace un análisis de 10 noticias publicadas en el sitio web institucional www.mabnacional.org.br sobre la instalación de la Usina Hidrelétrica Estreito, en el periodo de 2010- 2013, con el marco teórico metodológico del discurso basado en Michel Foucault. Se puede ver en las recurrencias de este discurso que el MAB, como el portavoz de las familias afectadas, construye los objetos en los conflictos que enfrentan los afectados y el movimiento de las acciones de resistencia, prioriza las voces de sus líderes, cargando el Mercado y empuja el Estado.

Palabras clave: Movimiento de Afectados por Represas. Usina Hidrelétrica Estreito. Formaciones Discursivas. Matriz Energética. Sociedad Civil.

Abstract

This article seeks to uncover how the Movement of Dam Affected People (MAB) builds Discursive Formations over the State, the Market and the Civil Society itself. It analyzes 10 news published on institutional website www.mabnacional.org.br about the Usina Hidrelétrica Estreito installing, in the period 2010-2013, with methodological theoretical framework of discourse based on Michel Foucault. It can be seen in recurrences of this discourse that MAB, as spokesman of the affected families, builds the objects in the conflicts faced by affected and movement of resistance actions, prioritizes the voices of their leaders, charging the Market and pushing the State.

Keywords: Movement of People Affected by Dams. Usina Hidrelétrica Estreito. Discursive Formations. Energy Matrix. Civil Society.



Introdução

A pesquisa que dá origem a este artigo parte de uma problemática no contexto de instalação de grandes empreendimentos no país, principalmente os que implicam em mudanças territoriais, no meio ambiente e na vida de comunidades locais, mas cujas construções são justificadas na conjuntura macroeconômica e compõem uma delicada teia de tensões entre as partes envolvidas.

Debates que polarizam as argumentações sobre os impactos de naturezas diversas *versus* o desenvolvimento motivado por grandes obras vêm à tona sazonalmente, quando ganham alguma visibilidade na mídia, sobretudo em decorrência de ações factuais como protestos, acidentes de trabalho, grandes catástrofes ambientais, inauguração de amplas obras e, em casos como no qual se debruça aqui, a construção de usinas hidrelétricas.

Considerada uma “energia limpa”, mais segura, mais duradoura e menos custosa quando comparada com outras formas de geração de energia, a hidroeletricidade tem sido o meio mais utilizado no país para suprir sua demanda por energia, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2015). No entanto, se por um lado a hidroeletricidade apresenta vantagens em termos das técnicas e dos custos financeiros – ela é a força da correnteza de um rio utilizada para produzir energia elétrica e fortalecer a matriz energética do país – por outro lado, o processo de instalação de uma usina provoca mudanças no cenário natural, como o desvio do rio, o alagamento de áreas antes habitadas, a realocação de comunidades ribeirinhas; pressupondo também outras transformações a níveis econômico e sócio-cultural. Para as famílias atingidas, comumente afloram sentimentos de desenraizamento e desterritorialização. Entes que foram enterrados naquele local; a casa que foi dos avós; o umbigo do filho mais velho que ficou enterrado no quintal; memórias submersas na água e a construção de um novo cenário em nome do progresso.

Tendo em vista que problemáticas de tais ordens e suas respectivas conjunturas costumam ser abordadas pela grande mídia muitas vezes privilegiando os discursos que oriundam do Estado e do Mercado, este artigo objetiva compreender as Formações Discursivas construídas por um porta-voz da causa das famílias atingidas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Por meio de análise das notícias do site institucional www.mabnacional.org.br no trato dado sobre a Usina Hidrelétrica Estreito (localizada dos estados do MA e TO) no período de 2010 a 2013, este artigo, com base nas contribuições teóricas de Michel Foucault nos seus apontamentos sobre discurso, mapeia como se constitui o discurso do MAB, os sujeitos que falam e como o Movimento define o Estado, o Mercado e a própria sociedade civil.

A matriz energética brasileira e o MAB

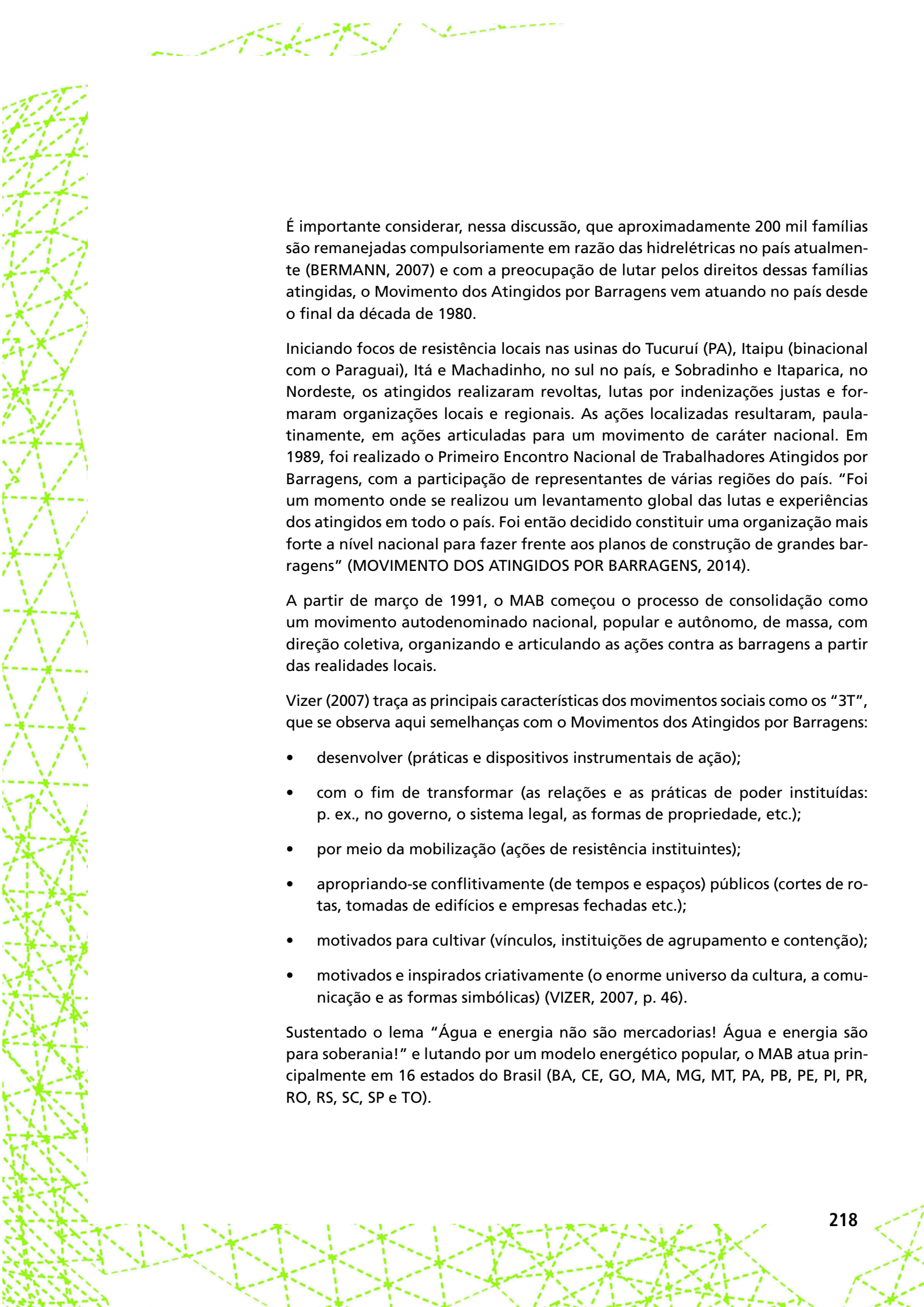
A capacidade de geração energética do país se apresenta também como uma moeda em termos de potencial econômico, de produzir e gerar insumos, de movimentar indústrias e o comércio de bens e serviços. De acordo com dados da ANEEL (2015) há investimentos na utilização das seguintes fontes de energia exploradas no Brasil: eólica (que utiliza a força dos ventos para acionar uma usina elétrica); fotovoltaica (do Sol); hidrelétrica (energia hidráulica dos rios); maré (pela cinética das ondas do mar) e termelétrica (combustível fóssil, biomassa ou pela energia térmica liberada em reações nucleares). A fonte de energia mais utilizada é a hídrica, com 1159 empreendimentos em operação e que correspondem a 66,56% do total da potência produzida no país (ANEEL, 2015).

Aumentar esse potencial energético do Brasil tem sido uma grande preocupação de especialistas desde a década de 1970, quando grandes projetos hidrelétricos começaram a ser implantados no país (BANCO MUNDIAL, 2008).

No contexto do regime militar, com a abertura para o capital estrangeiro, o Brasil vivia o processo de instalação das primeiras usinas hidrelétricas, que muitas vezes atendiam a metodologias de trabalho abruptas e ferindo os direitos das famílias ribeirinhas, como relata o documento da Associação Nacional de Atingidos por Barragens (ANAB):

Milhares de atingidos por barragens foram vítimas da ditadura militar, principalmente nos anos 1970, sendo expropriados de suas casas, terras e trabalhos sem qualquer tipo de direito ou reparação pela construção de barragens, tais como Sobradinho, Itaipiraca, Tucuruí, Itaipu e Passo Real. Os 'afogados' não eram reconhecidos como sujeitos de direitos pelas empresas construtoras e pelo Estado, que considerava os desalojados como uma questão a ser resolvida do âmbito da reforma agrária (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2013, p. 7).

Neste estudo, parte-se do entendimento de que o processo de construção de um empreendimento de grande porte como uma usina hidrelétrica envolve diversos sujeitos e atores sociais, tais quais: a esfera do Estado (Presidência da República, Ministério de Minas e Energia, Ibama, entre outros), a esfera do Mercado (principalmente o Consórcio responsável pelas obras) e a esfera da sociedade civil (associações, movimentos sociais, organizações não governamentais e comunidade impactada direta e indiretamente, ribeirinhos, agricultores, comerciantes, indígenas entre outros). Cada um desses atores se posiciona a respeito do empreendimento, constrói leituras e, por vezes, muda o modo de compreender a sua própria relação com o ambiente que está sendo transformado. Atua também, como mediadora nesse embate, a mídia, que seleciona e escolhe quais fontes entram no debate público, dá voz a esses atores e, por vezes, ressignifica discussões.



É importante considerar, nessa discussão, que aproximadamente 200 mil famílias são remanejadas compulsoriamente em razão das hidrelétricas no país atualmente (BERMANN, 2007) e com a preocupação de lutar pelos direitos dessas famílias atingidas, o Movimento dos Atingidos por Barragens vem atuando no país desde o final da década de 1980.

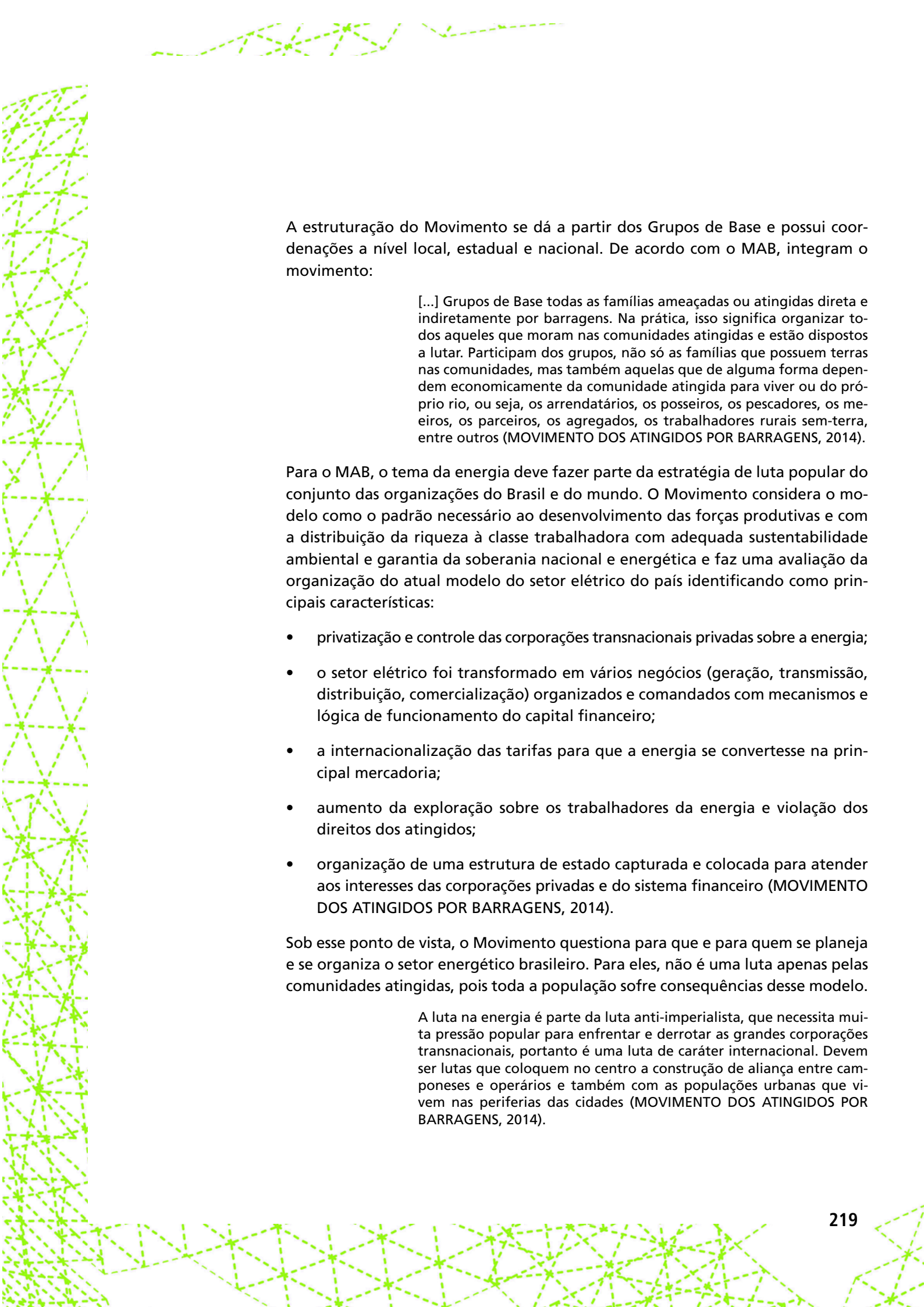
Iniciando focos de resistência locais nas usinas do Tucuruí (PA), Itaipu (binacional com o Paraguai), Itá e Machadinho, no sul no país, e Sobradinho e Itaparica, no Nordeste, os atingidos realizaram revoltas, lutas por indenizações justas e formaram organizações locais e regionais. As ações localizadas resultaram, paulatinamente, em ações articuladas para um movimento de caráter nacional. Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões do país. “Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2014).

A partir de março de 1991, o MAB começou o processo de consolidação como um movimento autodenominado nacional, popular e autônomo, de massa, com direção coletiva, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais.

Vizer (2007) traça as principais características dos movimentos sociais como os “3T”, que se observa aqui semelhanças com o Movimentos dos Atingidos por Barragens:

- desenvolver (práticas e dispositivos instrumentais de ação);
- com o fim de transformar (as relações e as práticas de poder instituídas: p. ex., no governo, o sistema legal, as formas de propriedade, etc.);
- por meio da mobilização (ações de resistência instituintes);
- apropriando-se conflitivamente (de tempos e espaços) públicos (cortes de rotas, tomadas de edifícios e empresas fechadas etc.);
- motivados para cultivar (vínculos, instituições de agrupamento e contenção);
- motivados e inspirados criativamente (o enorme universo da cultura, a comunicação e as formas simbólicas) (VIZER, 2007, p. 46).

Sustentado o lema “Água e energia não são mercadorias! Água e energia são para soberania!” e lutando por um modelo energético popular, o MAB atua principalmente em 16 estados do Brasil (BA, CE, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RO, RS, SC, SP e TO).



A estruturação do Movimento se dá a partir dos Grupos de Base e possui coordenações a nível local, estadual e nacional. De acordo com o MAB, integram o movimento:

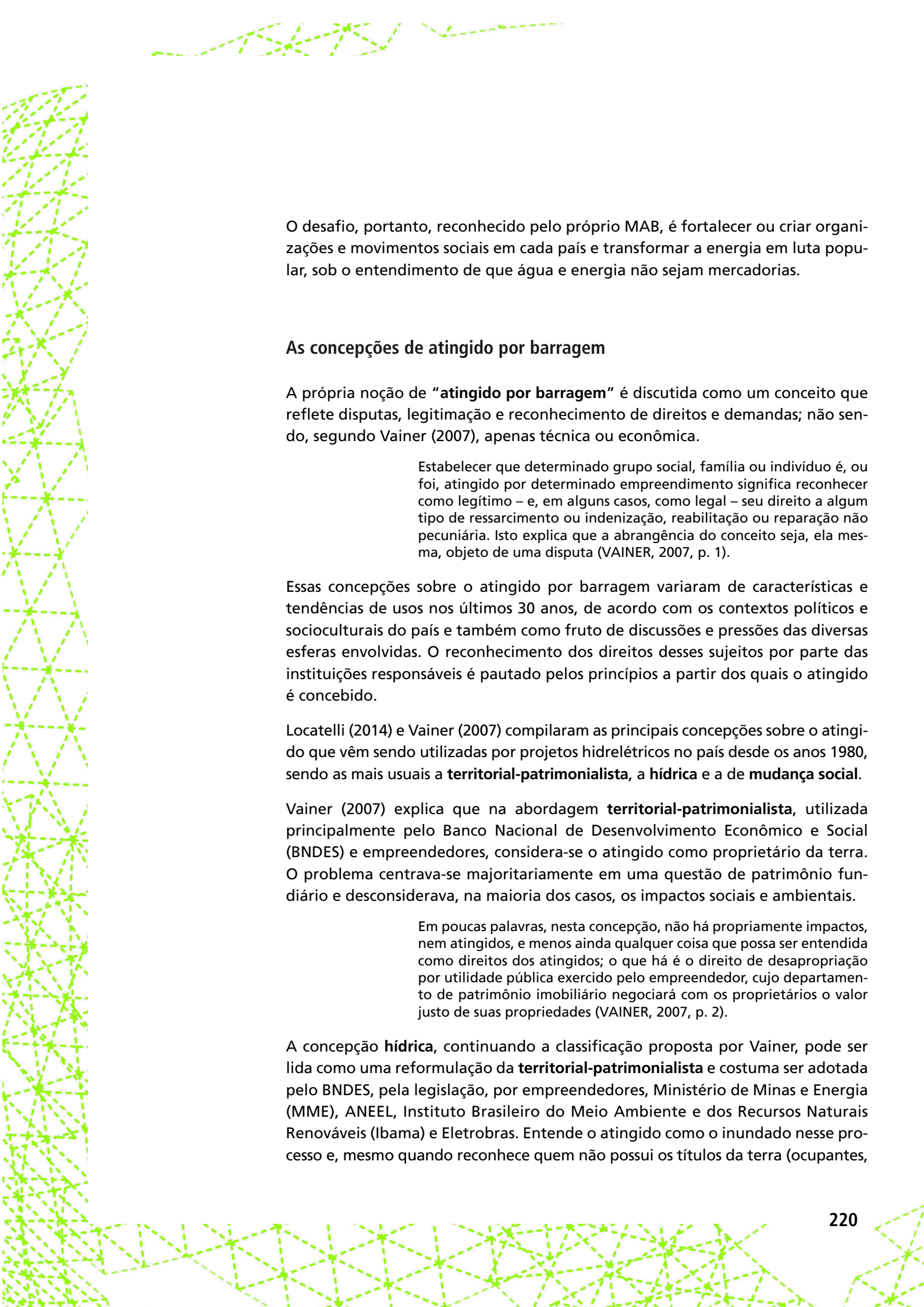
[...] Grupos de Base todas as famílias ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens. Na prática, isso significa organizar todos aqueles que moram nas comunidades atingidas e estão dispostos a lutar. Participam dos grupos, não só as famílias que possuem terras nas comunidades, mas também aquelas que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida para viver ou do próprio rio, ou seja, os arrendatários, os posseiros, os pescadores, os meeiros, os parceiros, os agregados, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2014).

Para o MAB, o tema da energia deve fazer parte da estratégia de luta popular do conjunto das organizações do Brasil e do mundo. O Movimento considera o modelo como o padrão necessário ao desenvolvimento das forças produtivas e com a distribuição da riqueza à classe trabalhadora com adequada sustentabilidade ambiental e garantia da soberania nacional e energética e faz uma avaliação da organização do atual modelo do setor elétrico do país identificando como principais características:

- privatização e controle das corporações transnacionais privadas sobre a energia;
- o setor elétrico foi transformado em vários negócios (geração, transmissão, distribuição, comercialização) organizados e comandados com mecanismos e lógica de funcionamento do capital financeiro;
- a internacionalização das tarifas para que a energia se convertesse na principal mercadoria;
- aumento da exploração sobre os trabalhadores da energia e violação dos direitos dos atingidos;
- organização de uma estrutura de estado capturada e colocada para atender aos interesses das corporações privadas e do sistema financeiro (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2014).

Sob esse ponto de vista, o Movimento questiona para que e para quem se planeja e se organiza o setor energético brasileiro. Para eles, não é uma luta apenas pelas comunidades atingidas, pois toda a população sofre consequências desse modelo.

A luta na energia é parte da luta anti-imperialista, que necessita muita pressão popular para enfrentar e derrotar as grandes corporações transnacionais, portanto é uma luta de caráter internacional. Devem ser lutas que coloquem no centro a construção de aliança entre camponeses e operários e também com as populações urbanas que vivem nas periferias das cidades (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2014).



O desafio, portanto, reconhecido pelo próprio MAB, é fortalecer ou criar organizações e movimentos sociais em cada país e transformar a energia em luta popular, sob o entendimento de que água e energia não sejam mercadorias.

As concepções de atingido por barragem

A própria noção de “atingido por barragem” é discutida como um conceito que reflete disputas, legitimação e reconhecimento de direitos e demandas; não sendo, segundo Vainer (2007), apenas técnica ou econômica.

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2007, p. 1).

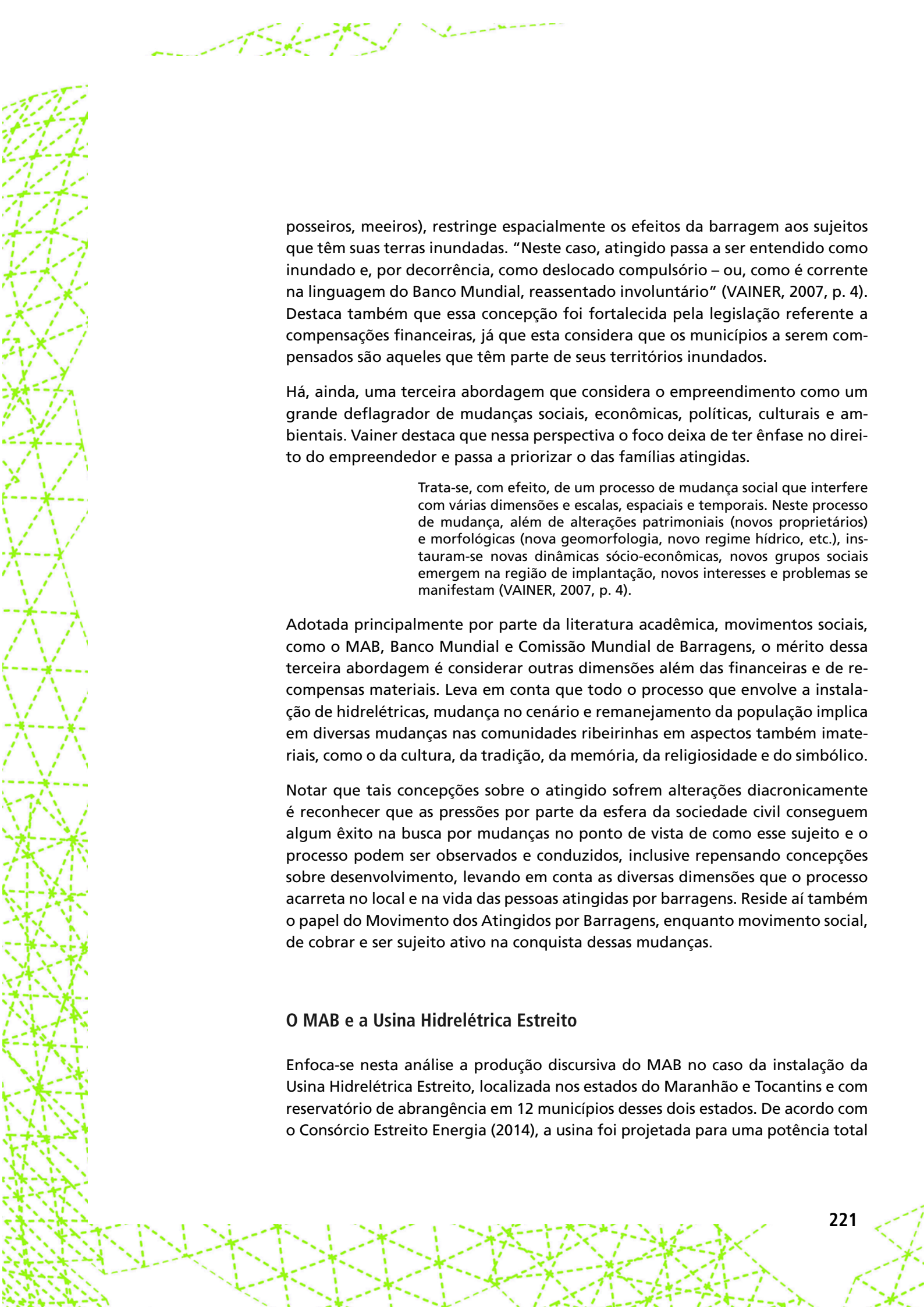
Essas concepções sobre o atingido por barragem variaram de características e tendências de usos nos últimos 30 anos, de acordo com os contextos políticos e socioculturais do país e também como fruto de discussões e pressões das diversas esferas envolvidas. O reconhecimento dos direitos desses sujeitos por parte das instituições responsáveis é pautado pelos princípios a partir dos quais o atingido é concebido.

Locatelli (2014) e Vainer (2007) compilaram as principais concepções sobre o atingido que vêm sendo utilizadas por projetos hidrelétricos no país desde os anos 1980, sendo as mais usuais a **territorial-patrimonialista**, a **hídrica** e a de **mudança social**.

Vainer (2007) explica que na abordagem **territorial-patrimonialista**, utilizada principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e empreendedores, considera-se o atingido como proprietário da terra. O problema centrava-se majoritariamente em uma questão de patrimônio fundiário e desconsiderava, na maioria dos casos, os impactos sociais e ambientais.

Em poucas palavras, nesta concepção, não há propriamente impactos, nem atingidos, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos atingidos; o que há é o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor, cujo departamento de patrimônio imobiliário negociará com os proprietários o valor justo de suas propriedades (VAINER, 2007, p. 2).

A concepção **hídrica**, continuando a classificação proposta por Vainer, pode ser lida como uma reformulação da **territorial-patrimonialista** e costuma ser adotada pelo BNDES, pela legislação, por empreendedores, Ministério de Minas e Energia (MME), ANEEL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Eletrobras. Entende o atingido como o inundado nesse processo e, mesmo quando reconhece quem não possui os títulos da terra (ocupantes,



posseiros, meeiros), restringe espacialmente os efeitos da barragem aos sujeitos que têm suas terras inundadas. “Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório – ou, como é corrente na linguagem do Banco Mundial, reassentado involuntário” (VAINER, 2007, p. 4). Destaca também que essa concepção foi fortalecida pela legislação referente a compensações financeiras, já que esta considera que os municípios a serem compensados são aqueles que têm parte de seus territórios inundados.

Há, ainda, uma terceira abordagem que considera o empreendimento como um grande deflagrador de mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Vainer destaca que nessa perspectiva o foco deixa de ter ênfase no direito do empreendedor e passa a priorizar o das famílias atingidas.

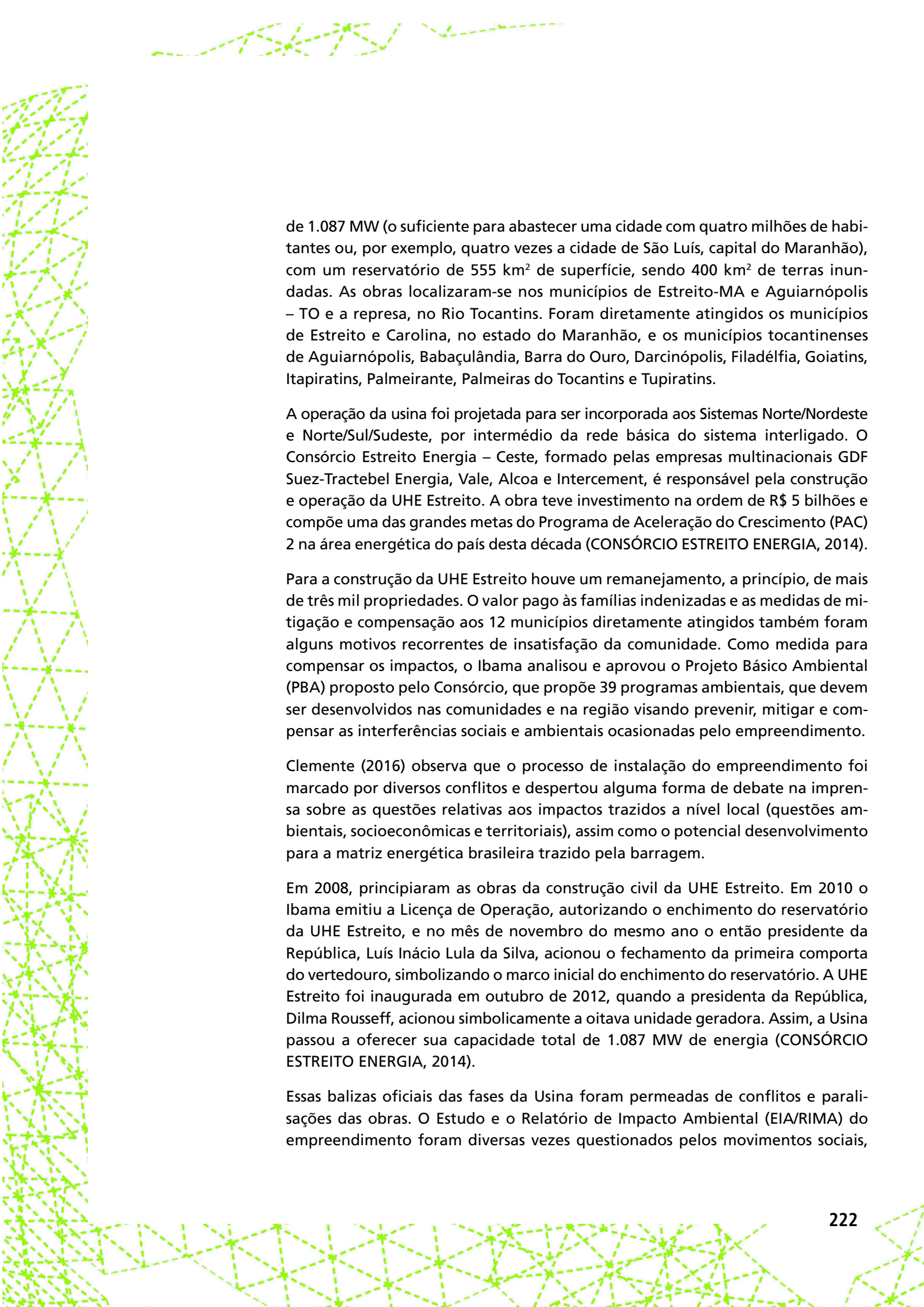
Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2007, p. 4).

Adotada principalmente por parte da literatura acadêmica, movimentos sociais, como o MAB, Banco Mundial e Comissão Mundial de Barragens, o mérito dessa terceira abordagem é considerar outras dimensões além das financeiras e de recompensas materiais. Leva em conta que todo o processo que envolve a instalação de hidrelétricas, mudança no cenário e remanejamento da população implica em diversas mudanças nas comunidades ribeirinhas em aspectos também imateriais, como o da cultura, da tradição, da memória, da religiosidade e do simbólico.

Notar que tais concepções sobre o atingido sofrem alterações diacronicamente é reconhecer que as pressões por parte da esfera da sociedade civil conseguem algum êxito na busca por mudanças no ponto de vista de como esse sujeito e o processo podem ser observados e conduzidos, inclusive repensando concepções sobre desenvolvimento, levando em conta as diversas dimensões que o processo acarreta no local e na vida das pessoas atingidas por barragens. Reside aí também o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens, enquanto movimento social, de cobrar e ser sujeito ativo na conquista dessas mudanças.

O MAB e a Usina Hidrelétrica Estreito

Enfoca-se nesta análise a produção discursiva do MAB no caso da instalação da Usina Hidrelétrica Estreito, localizada nos estados do Maranhão e Tocantins e com reservatório de abrangência em 12 municípios desses dois estados. De acordo com o Consórcio Estreito Energia (2014), a usina foi projetada para uma potência total



de 1.087 MW (o suficiente para abastecer uma cidade com quatro milhões de habitantes ou, por exemplo, quatro vezes a cidade de São Luís, capital do Maranhão), com um reservatório de 555 km² de superfície, sendo 400 km² de terras inundadas. As obras localizaram-se nos municípios de Estreito-MA e Aguiarnópolis – TO e a represa, no Rio Tocantins. Foram diretamente atingidos os municípios de Estreito e Carolina, no estado do Maranhão, e os municípios tocantinenses de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins.

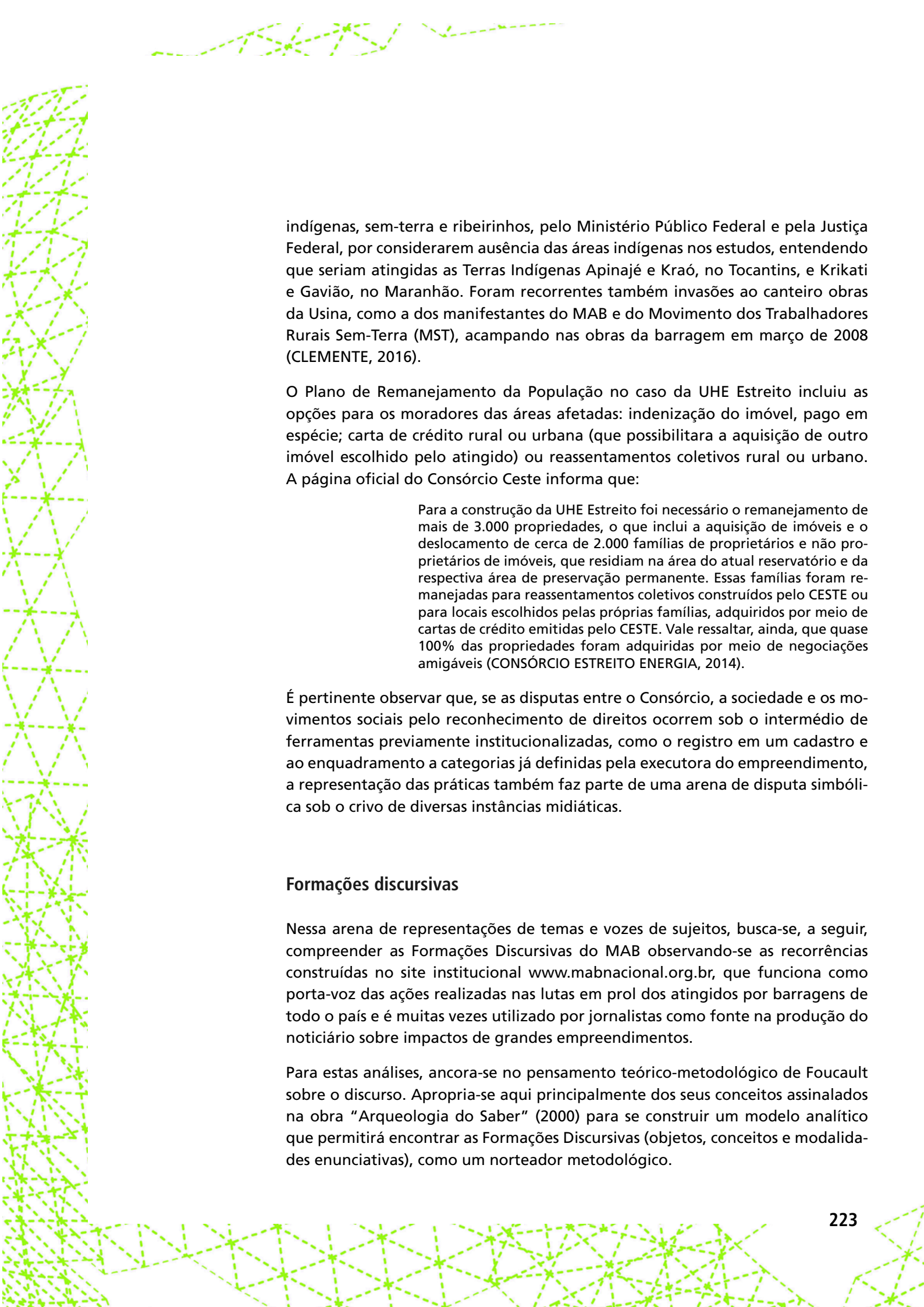
A operação da usina foi projetada para ser incorporada aos Sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste, por intermédio da rede básica do sistema interligado. O Consórcio Estreito Energia – Ceste, formado pelas empresas multinacionais GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, é responsável pela construção e operação da UHE Estreito. A obra teve investimento na ordem de R\$ 5 bilhões e compõe uma das grandes metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 na área energética do país desta década (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 2014).

Para a construção da UHE Estreito houve um remanejamento, a princípio, de mais de três mil propriedades. O valor pago às famílias indenizadas e as medidas de mitigação e compensação aos 12 municípios diretamente atingidos também foram alguns motivos recorrentes de insatisfação da comunidade. Como medida para compensar os impactos, o Ibama analisou e aprovou o Projeto Básico Ambiental (PBA) proposto pelo Consórcio, que propõe 39 programas ambientais, que devem ser desenvolvidos nas comunidades e na região visando prevenir, mitigar e compensar as interferências sociais e ambientais ocasionadas pelo empreendimento.

Clemente (2016) observa que o processo de instalação do empreendimento foi marcado por diversos conflitos e despertou alguma forma de debate na imprensa sobre as questões relativas aos impactos trazidos a nível local (questões ambientais, socioeconômicas e territoriais), assim como o potencial desenvolvimento para a matriz energética brasileira trazido pela barragem.

Em 2008, principiaram as obras da construção civil da UHE Estreito. Em 2010 o Ibama emitiu a Licença de Operação, autorizando o enchimento do reservatório da UHE Estreito, e no mês de novembro do mesmo ano o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, acionou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, simbolizando o marco inicial do enchimento do reservatório. A UHE Estreito foi inaugurada em outubro de 2012, quando a presidenta da República, Dilma Rousseff, acionou simbolicamente a oitava unidade geradora. Assim, a Usina passou a oferecer sua capacidade total de 1.087 MW de energia (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 2014).

Essas balizas oficiais das fases da Usina foram permeadas de conflitos e paralisações das obras. O Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento foram diversas vezes questionados pelos movimentos sociais,



indígenas, sem-terra e ribeirinhos, pelo Ministério Público Federal e pela Justiça Federal, por considerarem ausência das áreas indígenas nos estudos, entendendo que seriam atingidas as Terras Indígenas Apinajé e Kraó, no Tocantins, e Krikati e Gavião, no Maranhão. Foram recorrentes também invasões ao canteiro obras da Usina, como a dos manifestantes do MAB e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), acampando nas obras da barragem em março de 2008 (CLEMENTE, 2016).

O Plano de Remanejamento da População no caso da UHE Estreito incluiu as opções para os moradores das áreas afetadas: indenização do imóvel, pago em espécie; carta de crédito rural ou urbana (que possibilitara a aquisição de outro imóvel escolhido pelo atingido) ou reassentamentos coletivos rural ou urbano. A página oficial do Consórcio Ceste informa que:

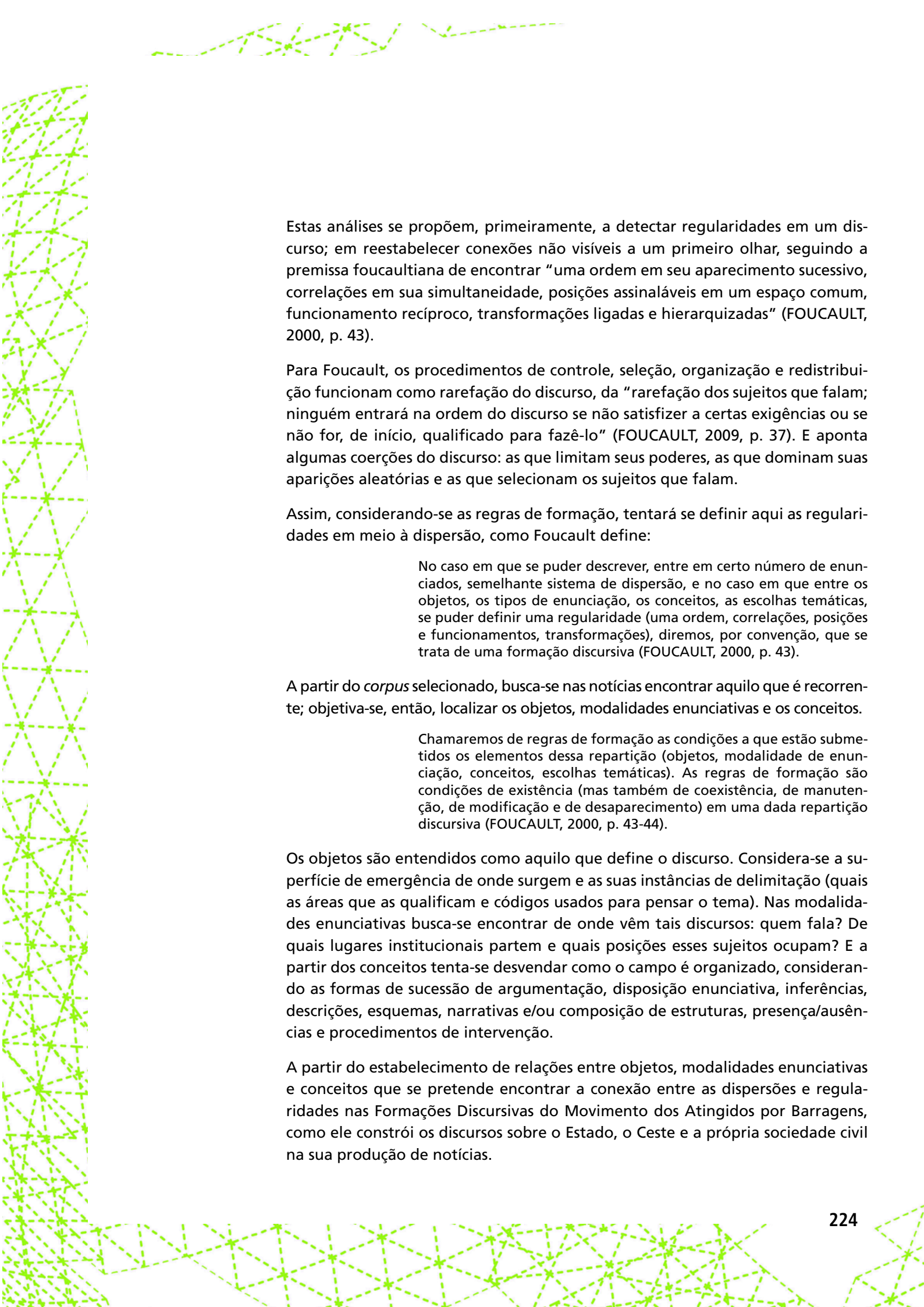
Para a construção da UHE Estreito foi necessário o remanejamento de mais de 3.000 propriedades, o que inclui a aquisição de imóveis e o deslocamento de cerca de 2.000 famílias de proprietários e não proprietários de imóveis, que residiam na área do atual reservatório e da respectiva área de preservação permanente. Essas famílias foram remanejadas para reassentamentos coletivos construídos pelo CESTE ou para locais escolhidos pelas próprias famílias, adquiridos por meio de cartas de crédito emitidas pelo CESTE. Vale ressaltar, ainda, que quase 100% das propriedades foram adquiridas por meio de negociações amigáveis (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 2014).

É pertinente observar que, se as disputas entre o Consórcio, a sociedade e os movimentos sociais pelo reconhecimento de direitos ocorrem sob o intermédio de ferramentas previamente institucionalizadas, como o registro em um cadastro e ao enquadramento a categorias já definidas pela executora do empreendimento, a representação das práticas também faz parte de uma arena de disputa simbólica sob o crivo de diversas instâncias midiáticas.

Formações discursivas

Nessa arena de representações de temas e vozes de sujeitos, busca-se, a seguir, compreender as Formações Discursivas do MAB observando-se as recorrências construídas no site institucional www.mabnacional.org.br, que funciona como porta-voz das ações realizadas nas lutas em prol dos atingidos por barragens de todo o país e é muitas vezes utilizado por jornalistas como fonte na produção do noticiário sobre impactos de grandes empreendimentos.

Para estas análises, ancora-se no pensamento teórico-metodológico de Foucault sobre o discurso. Apropria-se aqui principalmente dos seus conceitos assinalados na obra "Arqueologia do Saber" (2000) para se construir um modelo analítico que permitirá encontrar as Formações Discursivas (objetos, conceitos e modalidades enunciativas), como um norteador metodológico.



Estas análises se propõem, primeiramente, a detectar regularidades em um discurso; em reestabelecer conexões não visíveis a um primeiro olhar, seguindo a premissa foucaultiana de encontrar “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas” (FOUCAULT, 2000, p. 43).

Para Foucault, os procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição funcionam como rarefação do discurso, da “rarefação dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2009, p. 37). E aponta algumas coerções do discurso: as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias e as que selecionam os sujeitos que falam.

Assim, considerando-se as regras de formação, tentará se definir aqui as regularidades em meio à dispersão, como Foucault define:

No caso em que se puder descrever, entre em certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2000, p. 43).

A partir do *corpus* selecionado, busca-se nas notícias encontrar aquilo que é recorrente; objetiva-se, então, localizar os objetos, modalidades enunciativas e os conceitos.

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2000, p. 43-44).

Os objetos são entendidos como aquilo que define o discurso. Considera-se a superfície de emergência de onde surgem e as suas instâncias de delimitação (quais as áreas que as qualificam e códigos usados para pensar o tema). Nas modalidades enunciativas busca-se encontrar de onde vêm tais discursos: quem fala? De quais lugares institucionais partem e quais posições esses sujeitos ocupam? E a partir dos conceitos tenta-se desvendar como o campo é organizado, considerando as formas de sucessão de argumentação, disposição enunciativa, inferências, descrições, esquemas, narrativas e/ou composição de estruturas, presença/ausências e procedimentos de intervenção.

A partir do estabelecimento de relações entre objetos, modalidades enunciativas e conceitos que se pretende encontrar a conexão entre as dispersões e regularidades nas Formações Discursivas do Movimento dos Atingidos por Barragens, como ele constrói os discursos sobre o Estado, o Ceste e a própria sociedade civil na sua produção de notícias.

As formações discursivas no site do MAB

No site em análise, a publicação de notícias sobre barragens tem início em 2009. A produção noticiosa do Movimento é realizada por uma equipe composta de quatro jornalistas, sediados em São Paulo, e conta com a colaboração de militantes do MAB distribuídos em diversos pontos do país.

Esta análise partiu do mapeamento inicial de 33 notícias publicadas no site sobre UHE Estreito, dentro do recorte temporal que compreende das fases de instalação ao início de operação da usina (de 2010 a 2013). Desse total de 33 notícias, 10 fazem parte do recorte temporal especificado: 2010 (início do enchimento do reservatório), 2012 (contexto da inauguração da usina) e 2013 (desdobramentos pós-inauguração usina).

Chegando-se ao *corpus* de 10 notícias e as classificando de acordo com os temas abordados, chega-se a duas principais categorias temáticas: **Ações do Movimento** e **Relacionamento interinstitucional**.

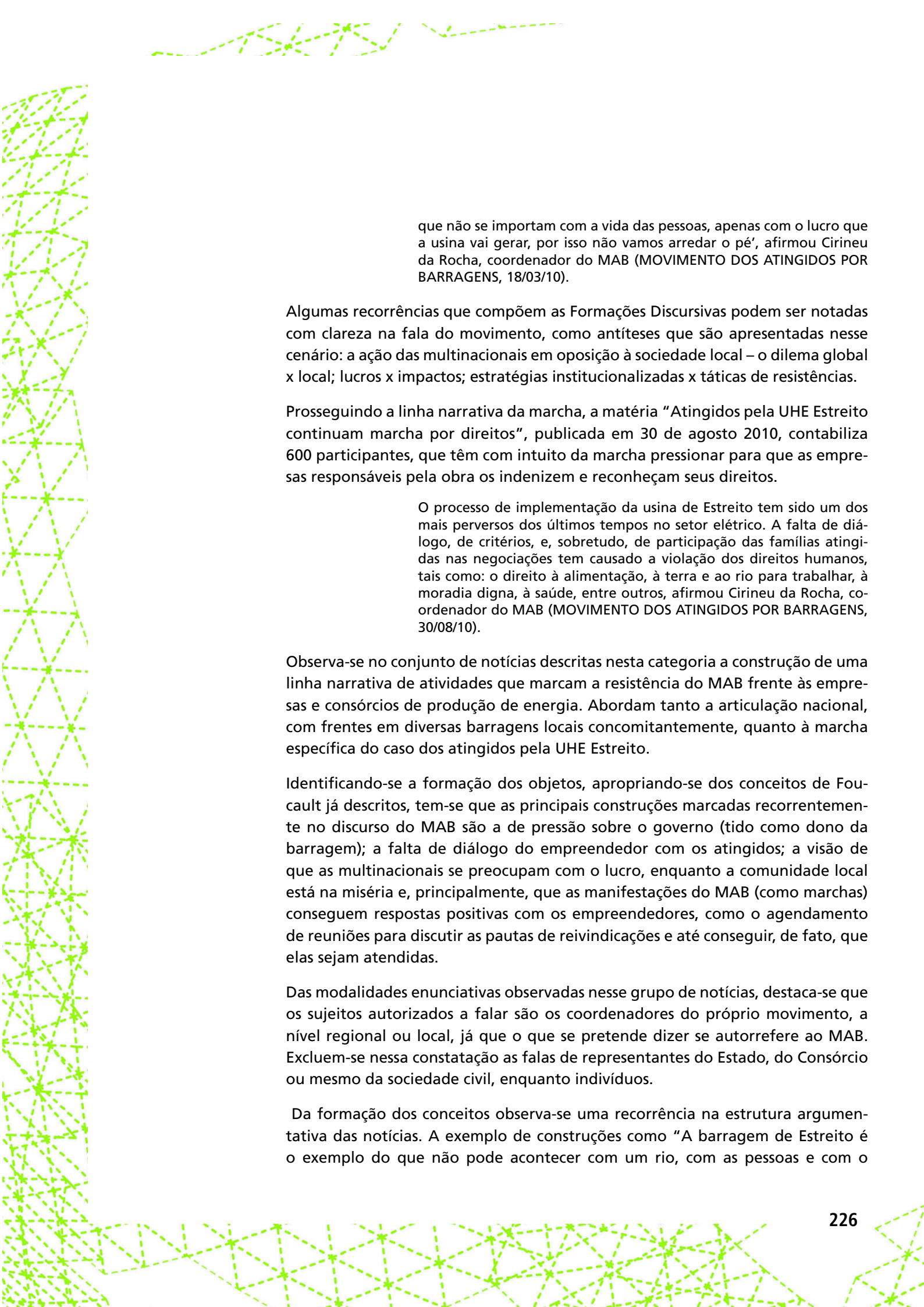
Oito das notícias em análise são classificadas como **Ações do Movimento** e compõem a formação de um objeto de ações de resistência do movimento contra as hidrelétricas, como marchas, manifestações e acampamentos.

Em 16 de março 2010, a publicação "Atingidos por barragens reforçam acampamento de 9 meses no Tocantins" destaca a situação dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, acampados desde julho do ano anterior próximo ao canteiro de obras da barragem, reforçando a mobilização da jornada de lutas do Dia Internacional de Luta contra as Barragens. Na notícia, o MAB acusa o Ceste, responsável pela obra, de não garantir suporte e compensação à população atingida.

O coordenador regional do MAB, Cirineu da Rocha, retoma o exemplo da Usina de São Salvador, também construída no rio Tocantins, na qual, segundo ele, houve diálogo com os atingidos e todas as famílias foram indenizadas. E denuncia a falta de diálogo no caso de Estreito, em que a empresa até o momento não teria aberto possibilidade de diálogo. "Em Estreito, o consórcio é muito truculento, além de não ter aberto diálogo, em muitos casos despejou as famílias de suas casas e centenas delas sequer foram reconhecidas como atingidas pela barragem" (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 16/03/2010).

Em 18 de março 2010, a notícia contabiliza os saldos das ações do movimento que, segundo eles, denunciaram a violação dos direitos dos atingidos no processo de implantação de barragens.

Em Tocantins, os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, acampados há nove meses próximo ao canteiro de obras da barragem, assim devem permanecer. O MAB acusa o consórcio Ceste, responsável pela obra, por não garantir suporte e compensação à população atingida. 'O consórcio é formado pelas empresas Suez, Vale, Alcoa, BHP Billiton Metais e Camargo Corrêa Energia. São todas transnacionais



que não se importam com a vida das pessoas, apenas com o lucro que a usina vai gerar, por isso não vamos arredar o pé', afirmou Cirineu da Rocha, coordenador do MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 18/03/10).

Algumas recorrências que compõem as Formações Discursivas podem ser notadas com clareza na fala do movimento, como antíteses que são apresentadas nesse cenário: a ação das multinacionais em oposição à sociedade local – o dilema global x local; lucros x impactos; estratégias institucionalizadas x táticas de resistências.

Prosseguindo a linha narrativa da marcha, a matéria "Atingidos pela UHE Estreito continuam marcha por direitos", publicada em 30 de agosto 2010, contabiliza 600 participantes, que têm com intuito da marcha pressionar para que as empresas responsáveis pela obra os indenizem e reconheçam seus direitos.

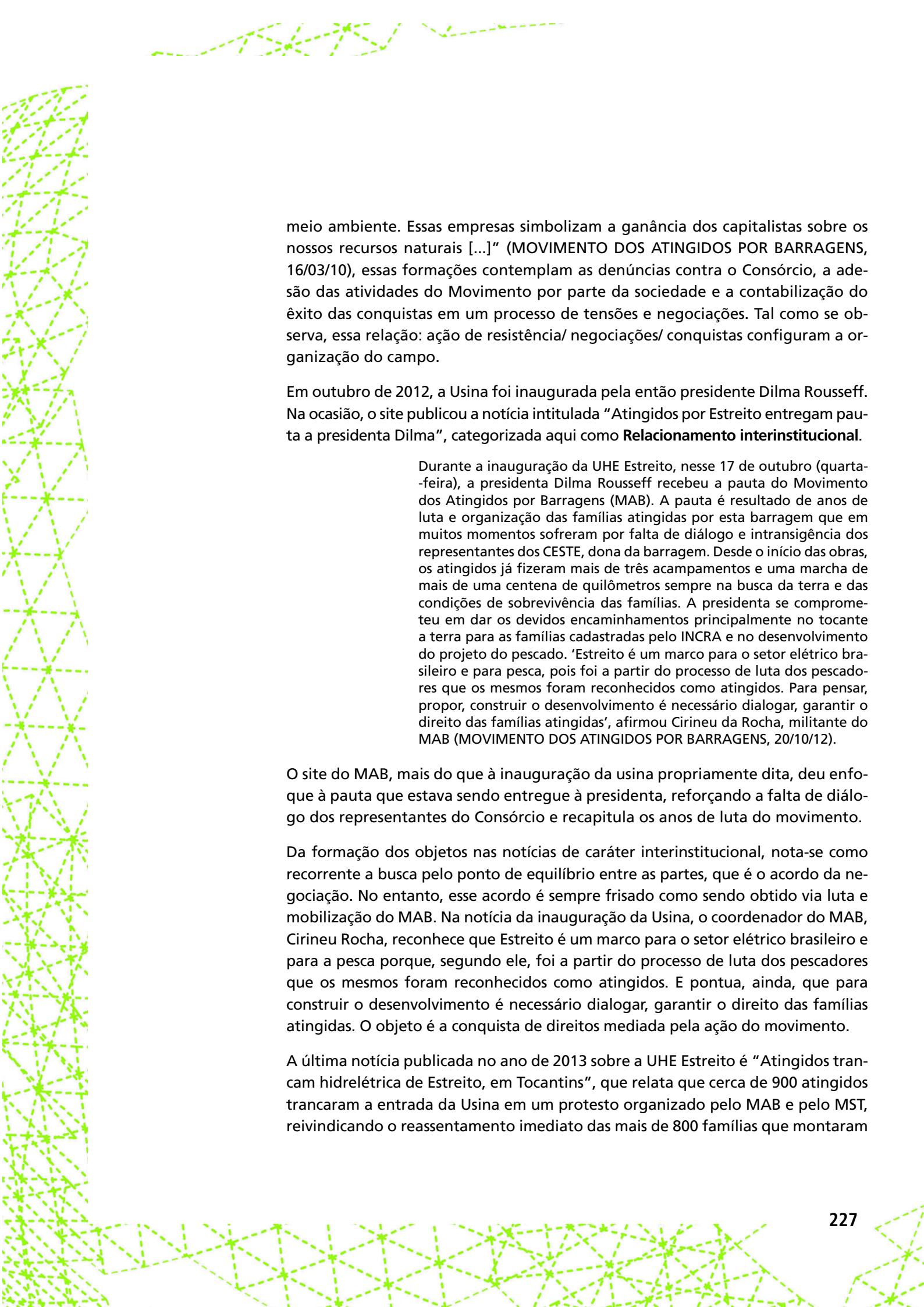
O processo de implementação da usina de Estreito tem sido um dos mais perversos dos últimos tempos no setor elétrico. A falta de diálogo, de critérios, e, sobretudo, de participação das famílias atingidas nas negociações tem causado a violação dos direitos humanos, tais como: o direito à alimentação, à terra e ao rio para trabalhar, à moradia digna, à saúde, entre outros, afirmou Cirineu da Rocha, coordenador do MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 30/08/10).

Observa-se no conjunto de notícias descritas nesta categoria a construção de uma linha narrativa de atividades que marcam a resistência do MAB frente às empresas e consórcios de produção de energia. Abordam tanto a articulação nacional, com frentes em diversas barragens locais concomitantemente, quanto à marcha específica do caso dos atingidos pela UHE Estreito.

Identificando-se a formação dos objetos, apropriando-se dos conceitos de Foucault já descritos, tem-se que as principais construções marcadas recorrentemente no discurso do MAB são a de pressão sobre o governo (tido como dono da barragem); a falta de diálogo do empreendedor com os atingidos; a visão de que as multinacionais se preocupam com o lucro, enquanto a comunidade local está na miséria e, principalmente, que as manifestações do MAB (como marchas) conseguem respostas positivas com os empreendedores, como o agendamento de reuniões para discutir as pautas de reivindicações e até conseguir, de fato, que elas sejam atendidas.

Das modalidades enunciativas observadas nesse grupo de notícias, destaca-se que os sujeitos autorizados a falar são os coordenadores do próprio movimento, a nível regional ou local, já que o que se pretende dizer se autorrefere ao MAB. Excluem-se nessa constatação as falas de representantes do Estado, do Consórcio ou mesmo da sociedade civil, enquanto indivíduos.

Da formação dos conceitos observa-se uma recorrência na estrutura argumentativa das notícias. A exemplo de construções como "A barragem de Estreito é o exemplo do que não pode acontecer com um rio, com as pessoas e com o



meio ambiente. Essas empresas simbolizam a ganância dos capitalistas sobre os nossos recursos naturais [...]” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 16/03/10), essas formações contemplam as denúncias contra o Consórcio, a adesão das atividades do Movimento por parte da sociedade e a contabilização do êxito das conquistas em um processo de tensões e negociações. Tal como se observa, essa relação: ação de resistência/ negociações/ conquistas configuram a organização do campo.

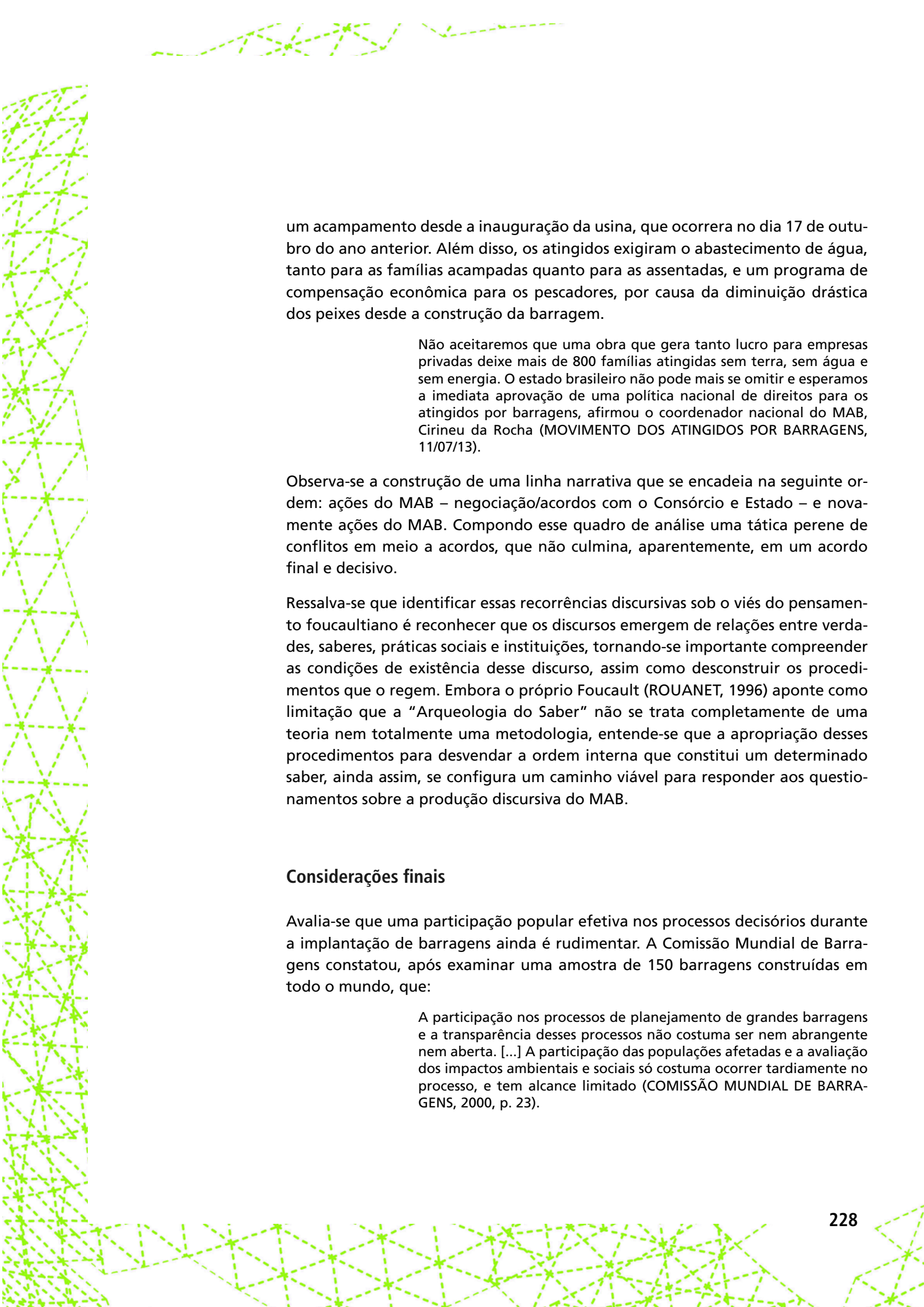
Em outubro de 2012, a Usina foi inaugurada pela então presidente Dilma Rousseff. Na ocasião, o site publicou a notícia intitulada “Atingidos por Estreito entregam pauta a presidenta Dilma”, categorizada aqui como **Relacionamento interinstitucional**.

Durante a inauguração da UHE Estreito, nesse 17 de outubro (quarta-feira), a presidenta Dilma Rousseff recebeu a pauta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A pauta é resultado de anos de luta e organização das famílias atingidas por esta barragem que em muitos momentos sofreram por falta de diálogo e intransigência dos representantes dos CESTE, dona da barragem. Desde o início das obras, os atingidos já fizeram mais de três acampamentos e uma marcha de mais de uma centena de quilômetros sempre na busca da terra e das condições de sobrevivência das famílias. A presidenta se comprometeu em dar os devidos encaminhamentos principalmente no tocante a terra para as famílias cadastradas pelo INCRA e no desenvolvimento do projeto do pescado. ‘Estreito é um marco para o setor elétrico brasileiro e para pesca, pois foi a partir do processo de luta dos pescadores que os mesmos foram reconhecidos como atingidos. Para pensar, propor, construir o desenvolvimento é necessário dialogar, garantir o direito das famílias atingidas’, afirmou Cirineu da Rocha, militante do MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 20/10/12).

O site do MAB, mais do que à inauguração da usina propriamente dita, deu enfoque à pauta que estava sendo entregue à presidenta, reforçando a falta de diálogo dos representantes do Consórcio e recapitula os anos de luta do movimento.

Da formação dos objetos nas notícias de caráter interinstitucional, nota-se como recorrente a busca pelo ponto de equilíbrio entre as partes, que é o acordo da negociação. No entanto, esse acordo é sempre frisado como sendo obtido via luta e mobilização do MAB. Na notícia da inauguração da Usina, o coordenador do MAB, Cirineu Rocha, reconhece que Estreito é um marco para o setor elétrico brasileiro e para a pesca porque, segundo ele, foi a partir do processo de luta dos pescadores que os mesmos foram reconhecidos como atingidos. E pontua, ainda, que para construir o desenvolvimento é necessário dialogar, garantir o direito das famílias atingidas. O objeto é a conquista de direitos mediada pela ação do movimento.

A última notícia publicada no ano de 2013 sobre a UHE Estreito é “Atingidos trancam hidrelétrica de Estreito, em Tocantins”, que relata que cerca de 900 atingidos trancaram a entrada da Usina em um protesto organizado pelo MAB e pelo MST, reivindicando o reassentamento imediato das mais de 800 famílias que montaram



um acampamento desde a inauguração da usina, que ocorrera no dia 17 de outubro do ano anterior. Além disso, os atingidos exigiram o abastecimento de água, tanto para as famílias acampadas quanto para as assentadas, e um programa de compensação econômica para os pescadores, por causa da diminuição drástica dos peixes desde a construção da barragem.

Não aceitaremos que uma obra que gera tanto lucro para empresas privadas deixe mais de 800 famílias atingidas sem terra, sem água e sem energia. O estado brasileiro não pode mais se omitir e esperamos a imediata aprovação de uma política nacional de direitos para os atingidos por barragens, afirmou o coordenador nacional do MAB, Cirineu da Rocha (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 11/07/13).

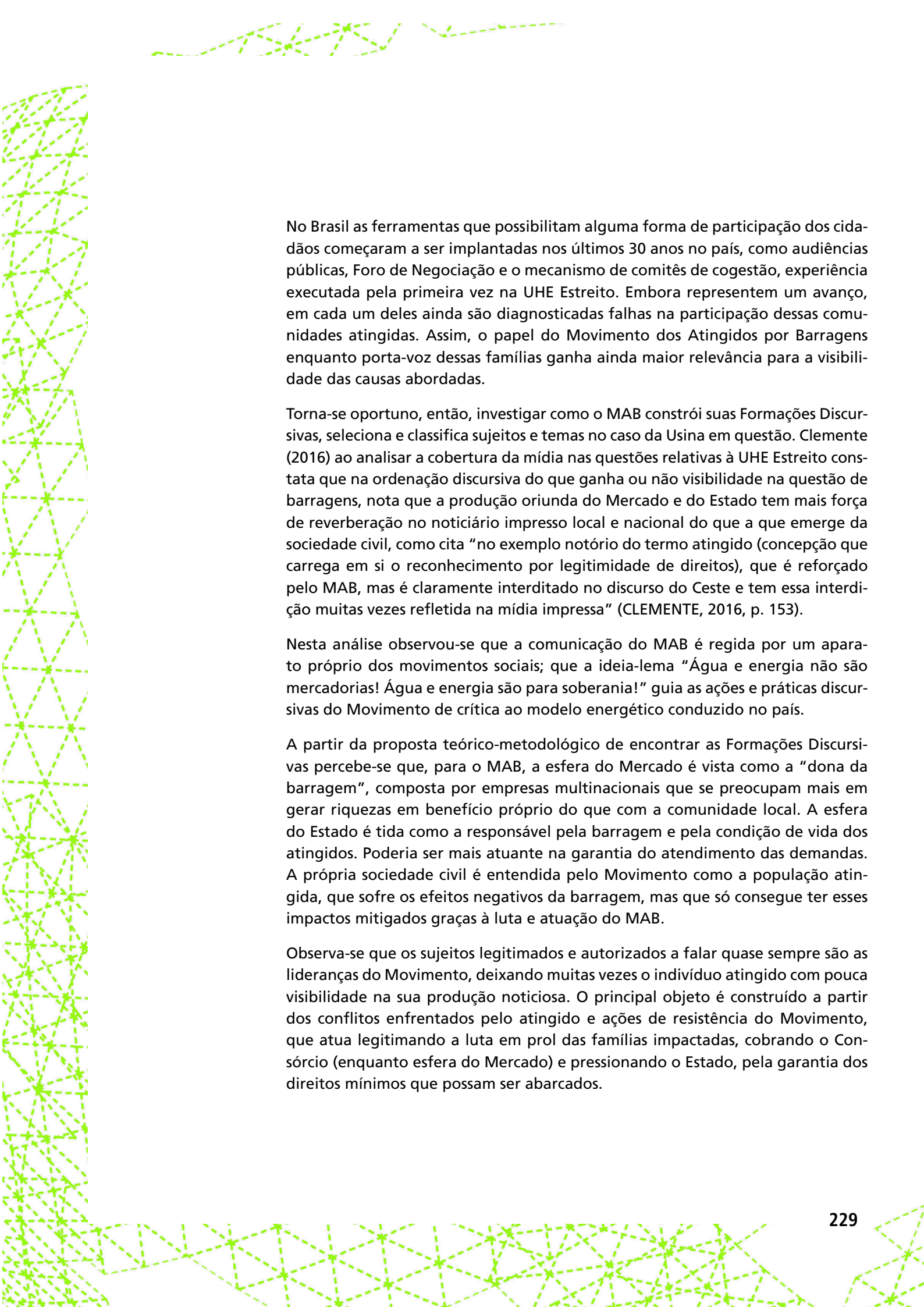
Observa-se a construção de uma linha narrativa que se encadeia na seguinte ordem: ações do MAB – negociação/acordos com o Consórcio e Estado – e novamente ações do MAB. Compondo esse quadro de análise uma tática perene de conflitos em meio a acordos, que não culmina, aparentemente, em um acordo final e decisivo.

Ressalva-se que identificar essas recorrências discursivas sob o viés do pensamento foucaultiano é reconhecer que os discursos emergem de relações entre verdades, saberes, práticas sociais e instituições, tornando-se importante compreender as condições de existência desse discurso, assim como desconstruir os procedimentos que o regem. Embora o próprio Foucault (ROUANET, 1996) aponte como limitação que a “Arqueologia do Saber” não se trata completamente de uma teoria nem totalmente uma metodologia, entende-se que a apropriação desses procedimentos para desvendar a ordem interna que constitui um determinado saber, ainda assim, se configura um caminho viável para responder aos questionamentos sobre a produção discursiva do MAB.

Considerações finais

Avalia-se que uma participação popular efetiva nos processos decisórios durante a implantação de barragens ainda é rudimentar. A Comissão Mundial de Barragens constatou, após examinar uma amostra de 150 barragens construídas em todo o mundo, que:

A participação nos processos de planejamento de grandes barragens e a transparência desses processos não costuma ser nem abrangente nem aberta. [...] A participação das populações afetadas e a avaliação dos impactos ambientais e sociais só costuma ocorrer tardiamente no processo, e tem alcance limitado (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000, p. 23).



No Brasil as ferramentas que possibilitam alguma forma de participação dos cidadãos começaram a ser implantadas nos últimos 30 anos no país, como audiências públicas, Foro de Negociação e o mecanismo de comitês de cogestão, experiência executada pela primeira vez na UHE Estreito. Embora representem um avanço, em cada um deles ainda são diagnosticadas falhas na participação dessas comunidades atingidas. Assim, o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens enquanto porta-voz dessas famílias ganha ainda maior relevância para a visibilidade das causas abordadas.

Torna-se oportuno, então, investigar como o MAB constrói suas Formações Discursivas, seleciona e classifica sujeitos e temas no caso da Usina em questão. Clemente (2016) ao analisar a cobertura da mídia nas questões relativas à UHE Estreito constata que na ordenação discursiva do que ganha ou não visibilidade na questão de barragens, nota que a produção oriunda do Mercado e do Estado tem mais força de reverberação no noticiário impresso local e nacional do que a que emerge da sociedade civil, como cita “no exemplo notório do termo atingido (concepção que carrega em si o reconhecimento por legitimidade de direitos), que é reforçado pelo MAB, mas é claramente interdito no discurso do Ceste e tem essa interdição muitas vezes refletida na mídia impressa” (CLEMENTE, 2016, p. 153).

Nesta análise observou-se que a comunicação do MAB é regida por um aparato próprio dos movimentos sociais; que a ideia-lema “Água e energia não são mercadorias! Água e energia são para soberania!” guia as ações e práticas discursivas do Movimento de crítica ao modelo energético conduzido no país.

A partir da proposta teórico-metodológico de encontrar as Formações Discursivas percebe-se que, para o MAB, a esfera do Mercado é vista como a “dona da barragem”, composta por empresas multinacionais que se preocupam mais em gerar riquezas em benefício próprio do que com a comunidade local. A esfera do Estado é tida como a responsável pela barragem e pela condição de vida dos atingidos. Poderia ser mais atuante na garantia do atendimento das demandas. A própria sociedade civil é entendida pelo Movimento como a população atingida, que sofre os efeitos negativos da barragem, mas que só consegue ter esses impactos mitigados graças à luta e atuação do MAB.

Observa-se que os sujeitos legitimados e autorizados a falar quase sempre são as lideranças do Movimento, deixando muitas vezes o indivíduo atingido com pouca visibilidade na sua produção noticiosa. O principal objeto é construído a partir dos conflitos enfrentados pelo atingido e ações de resistência do Movimento, que atua legitimando a luta em prol das famílias impactadas, cobrando o Consórcio (enquanto esfera do Mercado) e pressionando o Estado, pela garantia dos direitos mínimos que possam ser abarcados.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, 2015. Disponível em <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS ANAB. **Cartilha As Lutas dos Atingidos por Barragens por Direitos Humanos** – ANAB, 2013. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-lutas-dos-atingidos-por-barragens-por-direitos-humanos>>. Acesso em: ago. 2014.

BANCO MUNDIAL – **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate**. Volume II: Relatório Principal, 2008.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, p. 139-153, abril de 2007.

CLEMENTE, L. **Vozes em Movimento**: os sujeitos no debate sobre a Usina Hidrelétrica Estreito. Dissertação de Mestrado em Comunicação UNIP, São Paulo, 2016, 165p.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS CMB (WCD-World Commission on Dams). **Barragens e desenvolvimento** – uma nova estrutura para a tomada de decisão. (Dams and Development: a new framework for decision-making). UK/USA: Earthscan, 2000.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA – Ceste. Disponível em: <<http://www.uhe-estreiro.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no *Collège de France*. Pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 19º ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

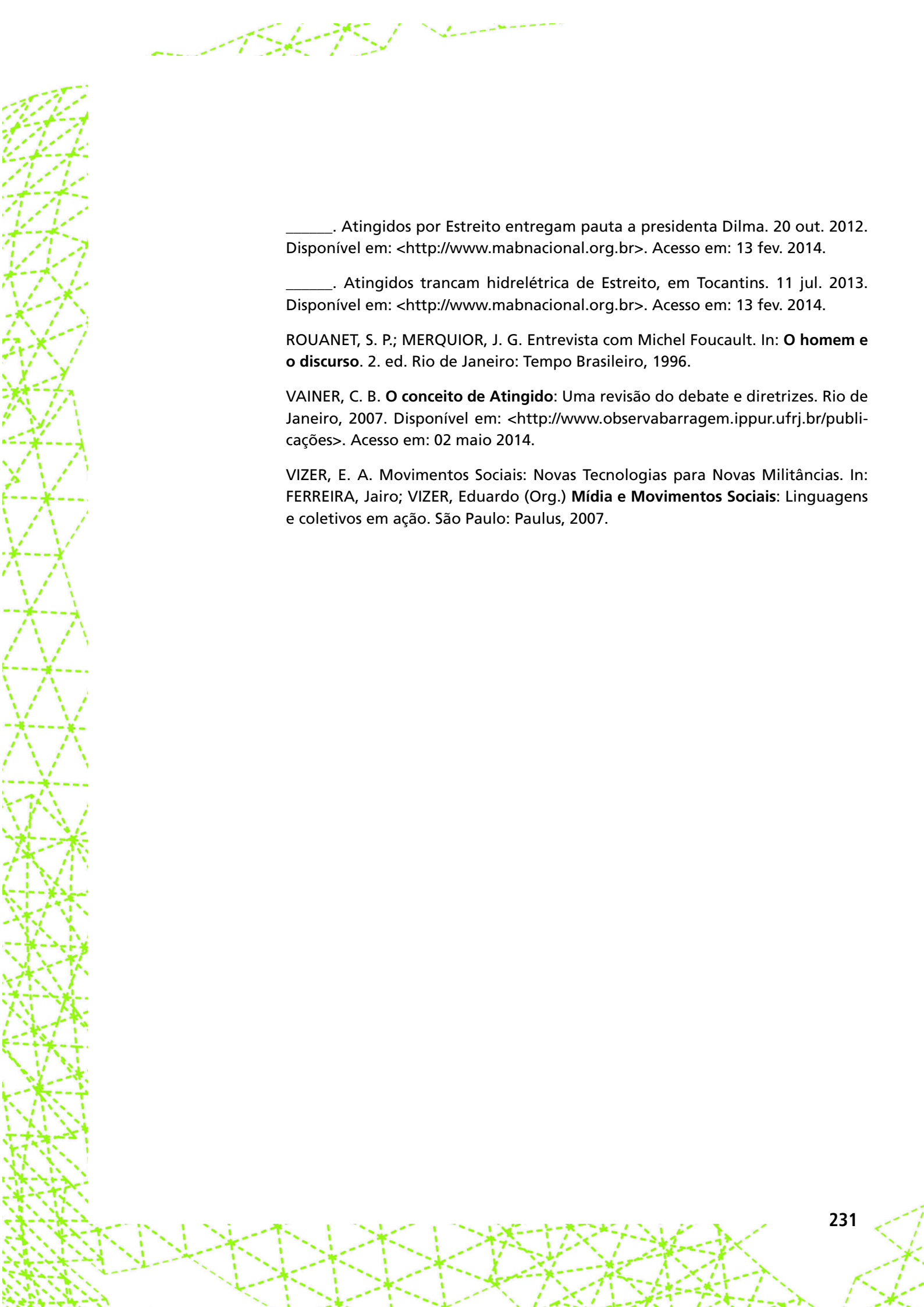
LOCATELLI, C. **Comunicação e Barragens**: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Insular, 2014.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. Atingidos por barragens reforçam acampamento de 9 meses no Tocantins. 16 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. Atingidos por barragens continuarão mobilizados rumo a Brasília. 18 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. Atingidos pela UHE Estreito continuam marcha por direitos. 30 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2014.



_____. Atingidos por Estreito entregam pauta a presidenta Dilma. 20 out. 2012. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

_____. Atingidos trancam hidrelétrica de Estreito, em Tocantins. 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

ROUANET, S. P.; MERQUIOR, J. G. Entrevista com Michel Foucault. In: **O homem e o discurso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VAINER, C. B. **O conceito de Atingido**: Uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações>>. Acesso em: 02 maio 2014.

VIZER, E. A. Movimentos Sociais: Novas Tecnologias para Novas Militâncias. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Org.) **Mídia e Movimentos Sociais**: Linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007.